

Quinta, 01/10/2015-nº1350

Cunha derruba sessão do Congresso

Agora é 6 de outubro



Mais uma vez o veto ao PLC 28/2015 não foi analisado pelo Congresso Nacional. Apesar de convocada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), para a manhã dessa quarta-feira, 30, a sessão do Congresso Nacional não pôde ser realizada. Por uma manobra do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/AL), o plenário da Câmara onde seria realizada a reunião das duas casas legislativas ficou ocupado por todo o dia, com três sessões

extraordinárias convocadas.

O objetivo de Cunha com a obstrução era forçar o presidente do Senado a incluir na pauta o veto ao financiamento privado de campanha. Uma de suas principais bandeiras de mandato, o presidente da Câmara quer manter as doações de empresas privadas a partidos políticos e candidatos.

A manobra foi denunciada pelo deputado Chico Alencar, do PSOL/RJ, em carta aos servidores. Nela, Alencar alerta

que para Cunha interessa apenas derrubar o veto ao financiamento privado, na Reforma Eleitoral. Na reunião de líderes da Câmara, Cunha conseguiu manter a condição para liberar a sessão do Congresso.

No meio da tarde, lideranças do Senado se reuniram na tentativa de solucionar o imbróglio. Uma das propostas era a elaboração de um calendário consensual de votação do veto da Reforma Política. Ao final, Renan Calheiros informou que a PEC da Reforma Política, que permite a doação de empresas às campanhas eleitorais, teria uma tramitação normal. Em seguida, Calheiros anunciou sessão do Congresso para às 11h30 da próxima terça-feira (6).

Enquanto isso, em frente ao Congresso Nacional, servidores, entre eles da delegação de Santa Catarina, manifestavam seu desagrado pela categoria ser usada a serviço dos interesses do presidente da Câmara. A cada informe repassado pelos coordenadores aos manifestan-

tes, o clima de insatisfação aumentava. Decididos, mandaram um recado ao Parlamento: não aceitamos ser moedas de troca no jogo político. Não admitiremos isso.

A mensagem ecoou também pelo Salão Verde (Câmara dos

Deputados). Reunidos, os servidores do Judiciário bradavam gritos de ordem, “Sem reposição, em 2016 não tem eleição” e emendavam na sequência a pergunta “Quem quer ministério?”, para encerrar em seguida com o “Não Somos Moeda de Troca”.

Para avaliar os acontecimentos do dia, o Comando Nacional de Greve da Fenajufe (CNG) convocou reunião para esta quinta-feira, 1º de outubro.

Da Fenajufe

Sintrajusc negocia dias parados com a presidência do TRT

Na tarde dessa quarta-feira (30), dirigentes do Sintrajusc e servidores da Justiça do Trabalho de Santa Catarina se reuniram com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região, o desembargador Edson Mendes de Oliveira e a equipe do seu gabinete. O objetivo do encontro foi iniciar as tratativas referentes à negociação dos dias parados durante a greve, uma das mais importantes da história da categoria, com duração de mais de cem dias.

De acordo com o desembargador, a proposta inicial de reposição dos dias parados deve seguir a resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O presidente propôs a compensação através de duas horas extras de trabalho diárias durante um ano.

Segundo os sindicalistas, essa proposta fere o direito de greve, pois tem um caráter punitivo, sobrecarregando aqueles que aderiram ao movimento de forma ativa, dedicando-se



Sindicato reúne com a presidência do TRT/12ª Região para negociar dias parados.

às atividades de mobilização e articulação da categoria para pressionar as instâncias competentes pela reposição salarial, estagnada desde 2006. Os servidores também argumentaram que é possível a flexibilização da proposta, pois a presidência do TRT tem autonomia para negociar com os trabalhadores.

Para a presidência do TRT, o CSJT estabeleceu parâmetros e é preciso segui-los. No entanto, acatou o pedido do sindicato, abrindo negociação para que se encontre uma proposta razoável que atenda a demanda

administrativa sem prejudicar os servidores que participaram do movimento grevista.

O Sintrajusc protocolará, até segunda-feira (5), uma proposta de acordo e solicitou que não seja comandado nenhum corte de ponto no decorrer das negociações. A presidência do TRT se comprometeu com o não corte do ponto relativo aos dias que antecederam 22 de setembro, data em que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu liminar que determina o corte em caso de não encerramento da greve.